

Ata nº 15

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte, pelas dezanove horas reuniu a Assembleia de Freguesia da Meimoa em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos:

- I- Período da Ordem do dia:
 - Ponto um – Assuntos de Interesse para a Freguesia.
 - Ponto dois – Apreciação, discussão e votação do contrato de arrendamento de prédio rústico não sujeito a regime específico.
- II- Diversos.
- III- Intervenção do público

Estando presentes todos os elementos que fazem parte desta Assembleia de Freguesia, à exceção da Sra. Maria de Fátima Valente e do Sr. Carlos Pires com falta atempadamente justificada, declarou-se aberta a sessão. Foi também convocada a Sra. Tânia Soares, vogal suplente da lista da maioria.

No ponto número um, período da ordem do dia, foram lidas as atas número 12, 13 e 14 sendo propostas sugestões de melhoria na ata 14. Postas as três atas a votação foram aprovadas por unanimidade e devidamente assinadas pelos membros da assembleia.

Ainda no ponto número um, Assuntos de Interesse para a Freguesia o Sr. Presidente da Junta de Freguesia pediu a palavra e sugeriu que fosse definido um plano de ação face ao aumento do número de casos de infetados por Covid-19 que se tem vindo a verificar na zona. Falou também do plano de confinamento já em curso numa aldeia vizinha em Espanha e reforçou que as forças da aldeia, nomeadamente Centro de Dia e Junta de Freguesia se unissem e preparassem para dar resposta caso seja necessário.

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia disse que o mais importante seria cada um verificar os casos que vá tendo conhecimento e se não puder ajudar então que alerte as forças da freguesia.

Pedindo a palavra o Sr. António Cabanas, disse concordar com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia face à nova vaga que virá que teríamos de estar preparados. Acrescentou ainda que o interior na primeira vaga foi poupado, mas o mesmo não se está a verificar na segunda vaga e que as autoridades de saúde preveem meses futuros muito complicados. Continuou

Handwritten signatures and initials in blue ink:
A vertical signature on the right side of the page, possibly reading "F. Pires".
Below it, the initials "M.P." are written.

elucidando que como atualmente o país já se encontra em estado de alerta, existem já medidas em curso que devem ser respeitadas, contudo sugeriu que se apostasse na testagem no Centro de Dia e nos comerciantes designadamente, comércio, cafés, restaurantes, etc. Testagem esta que considerou ser fundamental, face ao agravamento e propagação da segunda vaga e, uma vez que já se evoluiu na qualidade e preço dos testes de despiste. Abordou ainda que a Câmara Municipal vai dar apoios às freguesias e que essas verbas deveriam ser distribuídas não só pelos projetos para desenvolvimento da freguesia, mas também para a saúde. Relativamente aos projetos para desenvolvimento da freguesia, disse ainda que o Movimento Meimoa no Coração já trouxe diversas ideias e projetos à Mesa de Assembleia e que a maioria e a Junta de Freguesia mostraram desinteresse e por isso não iriam apresentar mais propostas. Contudo, disse que estariam disponíveis para colaborar se assim fosse solicitado. Finalizou a sua intervenção dizendo que concorda com o plano para a pandemia e que o Centro de Dia já reforçou algumas medidas, porém é sempre necessário lembrar alguns aspetos que com o tempo se vão descuidando. Elogiou ainda o facto de as pessoas com covid-19 na Meimoa terem conseguido manter o vírus em casa e não o propagar pela freguesia, mas que outros não se sabe como será.

No ponto número dois, Apreciação, discussão e votação do contrato de arrendamento de prédio rústico não sujeito a regime específico foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia e transmitiu à mesa de Assembleia que face às indicações de renegociação da reunião de assembleia anterior, falou com o Engenheiro Marco, responsável pelos contratos.

Esclareceu que a cláusula de compensação não era alterável e o valor da renda se manteria, sendo atualizado conforme a inflação. Quanto à cláusula do pagamento dos 29 anos a empresa está à disposição de a abolir. Completou a sua intervenção dizendo saber que o valor era baixo, mas que era o possível e que já havia pessoas com contratos assinados que não iriam ser alterados.

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia perguntou se alguém se queria pronunciar sobre o assunto, tendo o Sr. António Cabanas pedido a palavra.

Concedida a palavra ao Sr. António Cabanas, disse que o Movimento Meimoa no Coração olhou para um contrato que poderia ser melhorado e acharam que se poderia ir mais longe como já foi feito noutras situações semelhantes. Contudo, fase à intransigência negocial da outra parte e tendo em conta que o terreno até ao momento não estava a dar nada, se começar agora a dar seria muito bom.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse ainda ter tentado subir o valor pago à cabeça para 1000€ e a renda para 500€, contudo foi-lhe respondido que estavam num sistema de uniformização de contratos e que tal não seria possível.

O Sr. António Cabanas disse saber de proprietários a receber mais desta empresa e que teriam batido o pé. Ainda assim, como o terreno é pequeno a capacidade negocial não é aumentada, mas como a Junta de Freguesia é uma entidade pública devia tentar por aí. Finalizou, que não sendo possível melhores condições não se iriam opor à aprovação do contrato.

Como mais ninguém se quis pronunciar sobre o assunto o Sr. Presidente da Mesa de Assembleia colocou o contrato a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

No Ponto II – Diversos, o Sr. Presidente da Mesa de Assembleia pediu inscrições à palavra tendo-se inscrito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Concedida a palavra, começou por agradecer pela forma calma como decorreu o verão na zona de lazer, sem deixar de lamentar os atos de vandalismo e furtos naquela zona, nomeadamente os doseadores de álcool gel. Referiu ainda que a Junta de Freguesia vai sempre tentado resguardar a conservação do local, mas que no final do verão o vandalismo costuma acontecer neste espaço que é de todos.

Ainda na sua intervenção, lembrou que na última reunião de assembleia se tinha falado que o Sr. João Cabanas teria 2 hortas junto à ribeira para venda e que na semana seguinte a esta reunião encontrou um cunhado do proprietário que informou que o mesmo não tem interesse na venda. Informou ainda estarem em negociações para aquisição de 3 espaços na margem direita da ribeira, e que iriam verificar se teriam verba para os adquirir.

Felicitou também o Centro de Dia pela colaboração na candidatura a um programa para financiar a substituição das caixilharias no edifício da Junta de Freguesia.

Informou ainda a Mesa de Assembleia que se celebraram 2 protocolos de cedência de instalações. Um deles com uma associação de apoio a crianças e jovens no âmbito de uma candidatura a um programa e que se for aprovado, passaram a reunir com a associação que também possibilita a formação a desempregados. O outro protocolo foi realizado com a associação "Penamacor Inclusivo".

Quanto à delegação de competências, disse que as reuniões extraordinárias teriam sido em vão, mas que iriam receber cerca de 40 000,00€ que a Câmara Municipal vai ceder no âmbito da pandemia.

Para terminar a sua intervenção, deu conhecimento à Mesa de Assembleia de um baixo assinado que lhe tinha sido entregue por causa do problema com as bombas de água de fornecimento público e que o tinha reencaminhado para a Câmara Municipal.

O Sr. José Madeiras pediu a palavra e contou que o Vice-Presidente da Câmara Municipal e o Pedreiro teriam já ido ao local e feito uma vistoria para planear uma solução para o problema, como um teto novo no depósito, uma conduta nova e outras intervenções ainda em estudo. Informou também estar a acompanhar a evolução da situação.

Pedindo a palavra o Sr. António Cabanas, começou por elucidar como a pressão quase sempre nutre resultados, como esta do baixo assinado.

Quanto à delegação de competências, disse já ter alertado para o facto de a Câmara Municipal não estar a proceder de forma correta, tanto que os contratos ficaram sem efeito originando um grande prejuízo para as freguesias. Disse ainda que a mesma se estava a aproveitar da pandemia para dar os duodécimos que não tinha dado até à data, porque alegava serem ilegais, complementando que era só aqui, porque em Idanha-a-Nova continuaram a ser pagos e não eram ilegais. Todavia, disse que o que interessava era que o dinheiro viesse, mas que gostava que a Junta de Freguesia dissesse quais eram os planos para esta verba de 40 000,00€. Complementou que uma vez que a verba vem toda junta seria interessante investir num projeto onde todos se sentissem bem.

Relativamente às caixilharias, esclareceu não serem apenas caixilharias e explicou que a verba resultou de uma candidatura que o Centro de Dia teria feito em Abril de 2018 a um programa de financiamento. Contou também que o Centro de Dia lutou muito, tendo sido necessário escrever à Ministra da Coesão, ao Presidente da CCDR, ao Secretário de Estado da Coesão Territorial e cópia para o Primeiro Ministro porque se queriam ajudar o interior não era a chumbar candidaturas para o interior. E com muitas cartas, telefonemas e pressão conseguiu a aprovação de uma candidatura que estava previsto ser chumbada. Continuou dizendo que foram recebidos cerca de 50 000,00€, para obras, tendo algumas delas já sido executadas, como pinturas, pavimentos, renovação de casas de banho, novo equipamento, etc., mas que algumas delas ainda estão por executar. Elucidou que a que pesava mais no orçamento era a caixilharia de todo o edifício, cerca de 12 000,00€ e que não tinha pensado só no Centro de Dia, mas sim em todo o Edifício que é um bem de todos. Explicou ainda que o Edifício da Junta de Freguesia não estava registado e agradeceu a colaboração da mesma na resolução do problema demonstrando que é da colaboração que se tira dividendos e não ligando às diretrizes políticas.

Quanto à zona de lazer disse que a Câmara Municipal esteve bem no tratamento dos espaços em contexto de pandemia, reforçando que quando as entidades merecem devem ser reconhecidas.

Sobre o assunto das hortas do Sr. João Cabanas, esclareceu que o que foi dito, foi que no ano passado teria abordado a Junta de Freguesia para as vender e que agora já não as vende até porque a filha se opõe à venda.

Para finalizar a sua intervenção, questionou se o contrato comodato do armazém já tinha sido realizado com a Câmara Municipal e se o património da Freguesia está todo registado ou não, e se não está se poderia ser registado tendo a oportunidade de fazer o registo por causa do contrato do parque fotovoltaico.

Em resposta o Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse ter feito um apanhado ainda antes da pandemia para todos os terrenos que tem conhecimento serem da Junta de Freguesia e detetou alguns não registados. Contou ter falado com o solicitador sobre o assunto, mas que têm uma situação de uma horta pendente com vários herdeiros que deveria ter sido regularizada em Agosto, porém que devido à pandemia não foi possível.

O Sr. António Cabanas colocou a questão se não seria possível utilizar a figura de justificação para resolver o assunto e que seria oportuno ver com o solicitador.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que o terreno do parque fotovoltaico já está registado e os que faltam registar são muito poucos e maioritariamente urbanos.

O Sr. António Cabanas sugeriu ainda que se fizesse um emparcelamento simples para as hortas da praia por ser mais rápido e económico, explicando o procedimento de atuação.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia deu conhecimento à mesa de assembleia que todos os terrenos adquiridos durante os seus mandatos estavam devidamente registados.

O Sr. António Cabanas voltou a questionar se existia algum projeto para aplicação das verbas a receber ao que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia explicou ter falado com um arquiteto para elaboração de um projeto para a fonte das quelhas e outro para as casas de banho públicas. No entanto, devido a um regime de exclusividade o arquiteto não os pode realizar e teve de solicitar os projetos a outro arquiteto estando no momento a aguardar as propostas. Elucidou também que os 40 000, 00€ não é assim tanto dinheiro visto desde Janeiro não terem recebido nada da Câmara Municipal e que apenas se conseguiriam fazer 2 ou 3 obras.

Handwritten notes and signatures in the top right corner:
A
A
J
A
P
M.P. 2020

Transmitiu que a Junta de Freguesia tem muitas despesas e que não foi com o dinheiro recebido do FFF que conseguiriam suportar tudo.

Relativamente à fonte das quelhas, informou que o custo da obra será suportado inteiramente pela junta de freguesia, já nas casas de banho a obra será executada pela Câmara Municipal, mas com supervisão da Junta de Freguesia.

Pedindo a palavra o Sr. Joaquim Silva, questionou ao Sr. Presidente da Junta se as obras adjudicadas tinham garantia, pois a Rua do Cemitério já se encontrava com 9 ou 10 emendas e era vergonhoso o estado em que se encontrava.

Perguntou também se a situação do terreno junto ao campo da bola já estava resolvida e porque é que o caminho tinha desaparecido, uma vez que a cerca já estava a ser realizada.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia, esclareceu que relativamente à Rua do Cemitério já tinha exposto a sua preocupação à Câmara Municipal, visto a obra ser da responsabilidade desta e não da Junta de Freguesia.

Quanto ao caminho, explicou que o mandatário resolveu fechar o caminho como teria dito na última assembleia. Disse ainda não concordar com a atitude tomada, mas que o mandatário é que decide.

Esclareceu que os caminhos são da jurisdição da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia e que o mandatário possui uma declaração passada pela Câmara Municipal que diz que o caminho não é público. Posto isto, se o caso fosse para tribunal o que seria decidido face ao documento fornecido é que o caminho não é público.

O Sr. António Cabanas interveio e disse que o juiz decidiria pelo caminho público e que o documento foi redigido pela cor política, sendo uma certidão errada. Acrescentou que se assim fosse os proprietários poderiam vedar a Avenida dos Mordomos assim como o Largo do Santinho visto nada estar registado. Esclareceu ainda que existem muito caminhos que não constam no cadastro e que não é por isso que os proprietários os vedaram.

O Sr. José Madeiras expôs também a sua situação e disse que sendo assim também vedaria a sua parte na rua de S. Domingos assim como o seu vizinho Sr. Pina.

O Sr. Presidente da Junta de freguesia justificou dizendo que era de todo o interesse da Junta de Freguesia ver a situação resolvida e também não concordar com o sucedido.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including "A", "Arens", "Branco", and "M.P. de".

O Sr. José Madeiras lembrou que estava escrito numa das atas anteriores que o caminho era público e que se a Junta de Freguesia estava disposta a suportar alguns custos para regular a situação com o antigo proprietário porque é que não estava agora a proceder da mesma forma com o novo proprietário.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia lembrou mais uma vez que os caminhos são da jurisdição da Câmara Municipal e explicou que quem levantou o problema foi o antigo proprietário. Elucidou a mesa que o problema se prendia com o facto de a Câmara Municipal se ter comprometido a construir o muro de suporte entre o caminho e o terreno, mas que só o faria quando o caminho estivesse desanexado. Como estas situações demoram algum tempo e o Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que só para Setembro a situação se resolveria, o mandatário não quis esperar e fechou o caminho.

O Sr. António Cabanas e o Sr. José Madeiras perguntaram porque é que as obras tinham parado se estavam a decorrer tão bem e se a Junta de Freguesia não tinha ficado de pagar a obra.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que a obra parou quando as negociações se complicaram face aos prazos apresentados pela Câmara Municipal.

O Sr. António Cabanas questionou ainda ao Sr. Presidente da Junta do que estava à espera para contratar uma máquina, tirar as pedras e colocar de novo o caminho transitável, ao que lhe foi respondido que era propriedade alheia.

O Sr. António Cabanas contrapôs que não era propriedade alheia, mas sim um caminho público talvez com mais de 100 anos de existência dizendo que no seu lugar o que faria era contratar a máquina, abrir o caminho e depois ir para tribunal. Deu o exemplo do Professor Carchola que em tribunal foi desapossado de uma faixa do seu terreno para um caminho e no entanto eram pessoas poderosas. Reforçou ainda que neste caso estavam a ser favorecidas as cores políticas e que é a freguesia quem deve ser defendida independentemente das cores partidárias ou das pessoas em questão. Sugeriu que se pagasse os muros ao mandatário e que se arranjasse o caminho com um pavimento e assim já toda a gente ficaria satisfeita e a situação resolvida.

O Sr. Joaquim Silva interveio e disse que o Sr. Presidente da Câmara Municipal não procedeu da melhor forma ao encomendar uma quantidade tão grande de blocos e areia e que se tratava de um favorecimento político o que seria punível por lei.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que os esgotos foram lá colocados a pensar que o caminho era publico, mas só depois se verificou que não constava no cadastro.

O Sr. António Cabanas esclareceu que o cadastro não diz se o caminho é público ou não e deu o exemplo do S. Domingos explicando como foram feitas as vedações e a situação do caminho lá existente.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que não houve favorecimento das cores políticas e que o procedimento tomado foi o mesmo que se tomaria com qualquer outra pessoa.

O Sr. António Cabanas adversou e contou que antes da venda do terreno ao mandatário, um interessado na compra do mesmo para construção de uma oficina teria consultado a Junta de Freguesia acerca do caminho se seria público ou não. Como a resposta da Junta de Freguesia foi que era público, o proprietário perdeu o interesse pois necessitava de uma área maior para a construção que precisava fazer.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que respondeu isso ao interessado pois era a ideia que tinham no momento.

O Sr. António Cabanas continuou e contou que ao Sr. Manuel do Pedrogão, o caminho também era público e que agora vinha o Sr. Carlos Pires que também era político e da cor política e o caminho já deixou de ser público. O que o fez questionar em que situação ficavam e transmitiu alguma revolta sentida pela freguesia face a este assunto o que era totalmente legítimo. Apelou ainda à dignidade e afirmou mais uma vez que o caminho era público sugerindo novamente a pavimentação do mesmo.

Mais não havendo a tratar no ponto II-Diversos, passou-se ao ponto III-Intervenção do público e foi dada a palavra à Sra. Alice Bento que se queixou do cheiro vindo das casas de banho públicas.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia respondeu que quando essa situação se verificasse para contactar a Câmara Municipal que é a responsável pelos esgotos.

A Sra. Alice Bento alertou ainda à velocidade que os camiões atingem naquele local da estrada nacional e que o semáforo não é respeitado, pondo também em risco a vida das crianças quando descem do autocarro naquela paragem.

~~ESTAS~~
d
A
ESTAS
M.Pires

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia informou já ter reportado a situação à infraestruturas de Portugal, mas que até ao momento nada foi feito.

O Sr. Presidente da Mesa de Assembleia questionou à Sra. Alice Bento se tinha alguma proposta de resolução para o problema ao que ela respondeu deitar o semáforo abaixo e impedir a circulação.

O Sr. António Cabanas interveio e disse que as Infraestruturas de Portugal não gostam de lombas na estrada, mas que as bandas brancas seriam um alerta para os condutores travarem e reduzirem a velocidade. Disse ainda que não sendo competência da Junta de Freguesia, seria bom olhar pelos interesses da freguesia e deu o exemplo da passadeira junto à escola primária e como foi feita.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse já ter reclamado várias vezes sobre aquele semáforo. Quando foi substituído não fizeram a ligação elétrica e fez vários emails a pedir a ligação ao que lhe era respondido que era responsabilidade da Câmara Municipal. Contactou a Câmara Municipal e respondeu-lhe que também não era da sua competência.

O Sr. José Madeiras alertou que as bandas podem ser boas, mas que fazem poluição sonora o que pode levantar queixas.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia disse que era o civismo das pessoas é que estava em falta, mas, contudo, continuaria a reportar a situação à entidade competente.

Dada a palavra ao Sr. José Afonso, questionou quando seria feita uma valeta na Rua do Comendador para canalizar a água e explicou que era todos os anos o mesmo problema com as águas pluviais.


O Sr. Presidente da Junta de Freguesia pediu para lhe fazer chegar a situação por escrito e que já tinha falado várias vezes no assunto ao Sr. Presidente da Câmara. Como o Sr. José Afonso se recusou a escrever a carta, o Sr. Presidente da Mesa de Assembleia disse que o assunto ficava registado em ata e que se faria chegar uma cópia ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

A Sra. Alice Bento comunicou ainda que iria fazer obras na sua residência na qual passa um fio de fibra ótica da MEO e queria saber se teria de avisar a Junta de Freguesia formalmente ou a quem teria de o fazer.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia informou que a Junta de Freguesia só intervém nesses assuntos quando se trata de propriedades privadas, que não era o caso.

A Sra. Alice Bento expôs ainda a situação do muro que caiu e que confronta com a Propriedade da Sra. Maria José, também já exposta pela Sra. Ana Andrade à Junta de Freguesia. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia respondeu não ter acesso ao muro por ser também uma propriedade privada.

Mais não havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão ordinária, cuja ata depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos presentes.



José Luis Madeiros Gomes
Joaquim Maria da Silva Santos
António Calave
Mário de Tabima Fernandes (Volente)
Tânia Sofia Esteves Soares
Marta Angela Vidas Pires